

Processo nº: 18.912/11 (3 volumes e 4 anexos, sendo 1 em CD)

Origem: Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (IBRAM)
Jardim Botânico de Brasília – JBB

Assunto: Auditoria Operacional

Ementa: Programa Nacional de Auditoria Operacional, no âmbito do Promoex. Auditoria Ambiental. Relatório de Levantamento Preliminar de Auditoria e Matriz de Planejamento. Avaliação da gestão das Unidades de Conservação Ambiental - UCs sob responsabilidade do GDF, no que concerne aos aspectos de implementação dessas áreas, quanto a fiscalização e proteção de seu patrimônio.

Decisão nº 3.296/11: conhecimento do levantamento preliminar de auditoria e da Matriz de Planejamento, e autorização de realização de auditoria operacional no IBRAM e no JBB.

Decisão nº 195/12: encaminhamento da versão prévia do Relatório de Auditoria para manifestação do gestor.

Unidade Técnica, após o recebimento de esclarecimentos das jurisdicionadas, apresenta a versão final do Relatório de Auditoria, posicionando-se por determinação e recomendação.

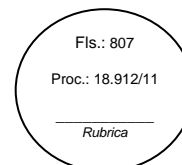
Ministério Público opina em igual sentido.

Voto convergente.

RELATÓRIO

Cuida-se da Auditoria Operacional realizada no Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (IBRAM) e no Jardim Botânico de Brasília (JBB), para avaliar, no âmbito do Distrito Federal, a gestão das Unidades de Conservação Ambiental (UC) sob a responsabilidade do Governo do Distrito Federal (GDF), no que concerne aos aspectos de implantação dessas áreas e em relação à fiscalização e proteção de seu patrimônio.

Em sua última assentada, na Sessão Ordinária nº 4.577 de 27/02/2013, Decisão nº 652/2013 (fls. 655/656), o Tribunal assim se manifestou:



II - determinar: a) ao IBRAM que: a1) defina formalmente a localização, dimensão e limites, além de designação de órgão responsável das Unidades de Conservação Ambiental – UCs, nos termos do art. 22, § 2º, da Lei nº 9.985/00 e art. 2º do Decreto nº 4.340/02; a2) regulamente as UCs, objetivando à devida reavaliação, nos termos do art. 55 da Lei nº 9.985/00; a3) firme Termo de Compromisso com a Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, objetivando a regularização fundiária das UCs, nos termos do § 1º dos arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 9.985/00 e 11, 13, 17 e 18 da Lei Complementar nº 827/10; a4) crie e ative os Conselhos Consultivos, nos termos do art. 29 da Lei nº 9.985/00 e art. 17 do Decreto nº 4.340/02; a5) insira as UCs, com todas as informações pertinentes, no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, nos termos do art. 50 da Lei nº 9.885/00; a6) elabore Plano de Manejo para todas as UCs, nos termos do estabelecido no art. 27 da Lei nº 9.985/00 e art. 12 do Decreto nº 4.340/02; a7) encaminhe ao Tribunal, em até 60 (sessenta) dias, Plano de Ação, detalhando as medidas que serão adotadas, com os respectivos responsáveis e prazos, para sanar as situações identificadas neste item pela equipe de auditoria, conforme modelo constante do Anexo de fls. 637/638; b) à Terracap que: b1) providencie a transferência da titularidade das áreas das UCs já regularizadas para o Governo do Distrito Federal; b2) informe ao IBRAM acerca da situação fundiária de todas as UCs do DF, noticiando a esta Corte as providências adotadas no prazo de 60 (sessenta) dias; b3) firme Termo de Compromisso com o IBRAM, objetivando a regularização fundiária das UCs, nos termos do § 1º dos arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 9.985/00 e 11, 13, 17 e 18 da Lei Complementar nº 827/10; c) à SEPLAN que dê andamento ao Processo nº 195.000.029/08, informando a este Tribunal as providências adotadas no prazo de 90 (noventa) dias;

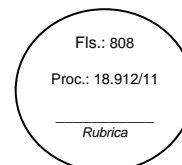
Após manifestação e envio de documentos pela jurisdicionada a Unidade Técnica manifestou-se por meio da Informação nº 002/14 – SEAUD/ DIAUD3, nos seguintes termos:

Secretaria de Planejamento - SEPLAN

4. Em atendimento ao determinado no item II-c da Decisão em epígrafe, a SEPLAN, por meio do Ofício nº 400/2013-GAB/SEPLAN e anexos, de 20/06/2013 (fls. 673/678), intempestivamente, informou:

“Cumprimentando-o e em resposta ao Ofício nº 1065/2013-GP, desse Tribunal, informo que o assunto tratado é pertinente à Secretaria de Estado de Administração Pública, de acordo com o Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal.

Comunico que foi feito o devido encaminhamento do Ofício àquela Secretaria de Estado, em 20/03/2013, conforme documento anexo, para providências relativas à Decisão 652/2013.”



5. Inicialmente, entendemos esta Corte possa relevar o atraso de 15 dias ocorrido na apresentação dos esclarecimentos prestados.
6. Quanto ao informado, de fato, a SEPLAN, em 20/03/2013, encaminhou a SEAP a referida Decisão (fls. 674). Todavia, o processo físico só foi remetido à SEAP em 15/08/2013, consoante consulta ao Sistema de Controle de Processos do DF – SICOP (fls. 782).
7. Assim sendo, entendemos pertinente que esta Corte determine à Secretaria de Estado de Administração Pública - SEAP que dê andamento ao Processo nº 195.000.029/2008, que trata da realização de concurso público para provimento de vagas dos cargos de Analista de Administração Pública e de Técnico de Administração no JBB, informando este Tribunal das providências adotadas no prazo de 30 (trinta) dias.

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental - IBRAM

8. O IBRAM, por sua vez, após duas solicitações de prorrogação de prazo (fls. 662 e 679), em 14/10/2013, por intermédio do Ofício nº 100.002.789/2013-PRESI/IBRAM (fls. 235 do Proc. nº 391.001.475/13 – Apenso), 7 (sete) meses após conhecimento da decisão em questão, assim se manifestou:

*“Em atenção à **DECISÃO Nº 652/2013**, referente à Auditoria Operacional realizada neste Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM e no Jardim Botânico de Brasília-JBB, esta Autarquia informa que as questões elencadas foram devidamente analisadas, respondidas ou inseridas no Plano de Ação para identificação e posterior resposta ao TCDF.*

Todavia, esbarramos em uma série de impedimentos, quais sejam, equipamentos ineficientes, demora nas respostas (de outros órgãos) necessárias à continuidade dos procedimentos (dimensões, limites e localização das UC's), entre outros.

Quanto à criação e ativação dos Conselhos Consultivos, esclarecemos que existe um estudo, em elaboração, na Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – SEMARH, para definir por áreas a atuação destes Conselhos. Maiores informações, nesse momento de elaboração, podem ser obtidos com a própria SEMARH.

Em relação ao cercamento e colocação de placas indicativas nas UC's, informamos que esse procedimento ocorre com a implantação dos Parques. As unidades que já estão cercadas e com placas indicativas constam da tabela anexa ao processo. As demais UC's serão incluídas no Plano de Ação.



Em referência à determinação (a6) 'elaborar Plano de Manejo para todas as UC's, nos termos estabelecidos no art. 27 da Lei nº 9.985/00 e art. 12 do Decreto nº 4.340/02', faz-se necessário esclarecer que o Instituto Brasília Ambiental depende de recursos financeiros para contratação de empresa especializada nesse serviço. Por essa razão, este item foi inserido no Plano de Ação."

9. Em que pese as informações apresentadas, constatamos que o IBRAM não encaminhou a esta Corte um Plano de Ação nos moldes solicitados por meio da Decisão nº 652/2013.

10. Apesar disso, para um melhor entendimento da questão, analisaremos a resposta do Órgão considerando todos os itens do modelo disponibilizado para o Plano de Ação (fls. 637/638).

11. Quanto aos itens **a1** (definir formalmente a localização, dimensão e limites, além de designação de órgão responsável das Unidades de Conservação Ambiental – UCs, nos termos do art. 22, § 2º, da Lei nº 9.985/00 e art. 2º do Decreto nº 4.340/02) e **a3** (firmar Termo de Compromisso com a Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, objetivando a regularização fundiária das UCs, nos termos do § 1º dos arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 9.985/00 e 11, 13, 17 e 18 da Lei Complementar nº 827/100), trataremos esta questão mais adiante, juntamente com a manifestação da Terracap, vez que sua realização depende de outros órgãos do GDF.

12. Com respeito ao item **a2** (regulamentar as UCs, objetivando à devida reavaliação, nos termos do art. 55 da Lei nº 9.985/00) o Instituto não se manifestou.

13. No que se refere ao item **a4** (criar e ativar os Conselhos Consultivos, nos termos do art. 29 da Lei nº 9.985/00 e art. 17 do Decreto nº 4.340/02), a explicação do IBRAM de que há um estudo em elaboração na SEMARH para definir por áreas a atuação destes Conselhos, não atende a determinação estabelecida. Entretanto, para que a questão se solucione da forma mais breve possível, entendemos pertinente que o Tribunal determine à SEMARH que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe a esta Corte cronograma com metas e prazos definidos, destacando as efetivas medidas a serem adotadas para a Criação dos Conselhos Consultivos.

14. Com relação ao item **a5** (inserir as UCs, com todas as informações pertinentes, no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, nos termos do art. 50 da Lei nº 9.885/00), o Instituto não se manifestou.

15. Por fim, no que tange ao item **a6** (elaborar Plano de Manejo para todas as UCs, nos termos do estabelecido no art. 27 da Lei nº 9.985/00 e art. 12 do Decreto nº 4.340/02), consideramos improcedente a alegação de que se dependeria de recursos financeiros para contratação de empresa especializada nesse serviço.

16. Nota-se que, consoante Ofício nº 100.000.433/2014 – PRESI/IBRAM (fls. 783/789), enviado em resposta à Nota de Auditoria



nº 06 (fls. 781), os recursos provenientes de compensação ambiental totalizam R\$ 64.138.289,70 (fls. 784).

17. Existem, ainda, processos em fase de formalização de Termos de Compromisso de compensação ambiental/florestal (dentre eles o novo Terminal Rodoviário, o Estádio Nacional, o Paranoá Parque, ampliação da Estrada Parque Aeroporto – EPAR, Setor Noroeste, Hospital Veterinário Público e ampliação do Aeroporto Internacional de Brasília), que disponibilizarão o montante de R\$ 51.300.278,52 (fls. 785).

18. Embora a Lei Complementar nº 827/10, que institui o Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza, ainda não possua regulamentação no que se refere à compensação ambiental, entendemos que, por analogia, poder-se-ia utilizar o Decreto Federal nº 4.340/02, que disciplina o art. 36¹ da Lei Federal nº 9.985/00 (que institui Sistema Nacional de Unidades de Conservação) e que dispõe sobre a utilização dos recursos da compensação ambiental da seguinte forma:

*“Art. 33. A aplicação dos recursos da compensação ambiental de que trata o [art. 36 da Lei nº 9.985, de 2000](#), nas unidades de conservação, existentes ou a serem criadas, **deve obedecer à seguinte ordem de prioridade:***

I - regularização fundiária e demarcação das terras;

II - elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo;

III - aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento;

IV - desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova unidade de conservação; e

V - desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação e área de amortecimento.

¹ Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

§ 1º O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento.

§ 2º Ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.

§ 3º Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o *caput* deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo.



Parágrafo único. Nos casos de Reserva Particular do Patrimônio Natural, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção Ambiental, quando a posse e o domínio não sejam do Poder Público, os recursos da compensação somente poderão ser aplicados para custear as seguintes atividades:

I - elaboração do Plano de Manejo ou nas atividades de proteção da unidade;

II - realização das pesquisas necessárias para o manejo da unidade, sendo vedada a aquisição de bens e equipamentos permanentes;

III - implantação de programas de educação ambiental; e

IV - financiamento de estudos de viabilidade econômica para uso sustentável dos recursos naturais da unidade afetada.”

19. Assim, com amparo nas normas supracitadas, o IBRAM, que propõe a destinação dos recursos provenientes das compensações ambientais, pode utilizá-los para resolver problemas das unidades de conservação, como regularização fundiária e elaboração de planos de manejo, dentre outras.

20. Dessa feita, consideramos apropriado que se determine ao IBRAM que dê cumprimento ao disposto no item **II-a7** da Decisão nº 652/2013, encaminhando ao Tribunal, em até 30 (trinta) dias, Plano de Ação, detalhando as medidas que serão adotadas, com os respectivos responsáveis e prazos, para sanar as situações identificadas nos itens **a2, a4, a5 e a6** do mesmo item, e alerte o titular do órgão para a possibilidade de aplicação da multa constante do art. 57, IV, da Lei Complementar nº 01/1994, no caso de inobservância do deliberado.

21. Ressaltamos que ficaram de fora do Plano de Ação os itens **a1 e a3** pelos fatos expostos nos parágrafos seguintes.

Terracap – Companhia Imobiliária de Brasília - Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal

22. A Terracap, por meio do Ofício nº 270/2013-PRESI e anexos (fls. 690/779), em resposta ao solicitado por esta Corte, remeteu as informações prestadas por suas unidades técnicas: Núcleo de Análise Fundiária - NUANF, Núcleo de Registro Imobiliário - NUREG e Gerência de Projetos - GEPRO.

23. A NUANF (Despacho nº 1.455/2013 – fls. 691/707) apresenta a situação fundiária das Unidades de Conservação do Distrito Federal e cronograma para regularização das mesmas. Todavia, esclarece (fls. 707):

“Devido à carência de recursos humanos, os prazos aqui estimados, passam a contar a partir da data de admissão e lotação para este núcleo de pelo menos dois profissionais Engenheiros Agrimensores/Cartógrafos e de dois técnicos de nível médio também na área de agrimensura/cartografia; para apoio das atividades de estudos fundiários e confecção de peças técnicas



necessárias para efetivar as doações.

Isto devido à força de trabalho disponível já estar totalmente empenhada com as atividades de rotina, e de prioridades definidas pela empresa; a saber, laudos fundiários para órgãos externos da administração e de suporte interno as atividades da Terracap, assistência em perícias judiciais para defesa de patrimônio público, atividades de regularização de matrículas para viabilizar projetos habitacionais do GDF e de regularização de ocupações rurais.”

24. Em seguida, a NUREG (Despacho nº 900/2013 – fls. 773/778) complementa as informações prestadas acerca da situação fundiária dos parques.

25. Por fim, a GEPRO (Despacho nº 002/2013 – fls. 779) informa:

“Em complemento às informações prestadas pelo NUREG e pela GETOP² informamos que para se registrarem em cartório as unidades de conservação como unidades imobiliárias urbanas é necessário que existam os respectivos projetos urbanísticos com aprovação por decreto governamental e as licenças de instalação.

Da forma como foram criadas as unidades, ou por lei ou por decreto, sem a elaboração de um projeto urbanístico para cada área, não é possível encaminhar ao cartório o pedido de registro dos mesmos. Isso somente é possível quando se trata de glebas rurais e com tamanho superior ao módulo rural mínimo. Para o caso de áreas urbanas é necessária a elaboração de projetos urbanísticos.

Sendo assim é necessário que a Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano – SEDHAB encaminhe à TERRACAP os projetos urbanísticos de cada um dos parques, com o respectivo decreto de aprovação de cada um deles para que seja possível a realização de registro cartorial dessas unidades imobiliárias.

Muitos dos parques possuem interferências com unidades imobiliárias que não são de propriedade da TERRACAP e dessa forma não temos gestão sobre essas unidades, tanto de propriedade de terceiros quanto de propriedade do Distrito Federal. Para aquelas unidades que tem interferências com áreas públicas é necessário proceder à desafetação dessas áreas para incorporação nas poligonais dos parques.

Apenas após o cumprimento de todos esses requisitos será possível enviar para os cartórios de registro de imóveis os pedidos de inscrição dos imóveis. Como as atividades não são de competência exclusiva da TERRACAP não existe possibilidade de se estabelecer prazos no âmbito dessa Gerência de Projetos.”

26. Anteriormente, o IBRAM, por meio do Parecer Técnico nº 521.000.061/2011 – GEUNI/DICON/SUGAP (fls. 152), já havia se

² Gerência de Cartografia, Geoprocessamento e Topografia.



pronunciado quanto às medidas a serem tomadas:

“Somente a estação Ecológica de Águas Emendadas obteve a desapropriação dos antigos ocupantes. No restante das UCs, a maioria das ocupações ocorre em áreas de domínio da Terracap em decorrência de autorização dada por vários órgãos do governo para particulares ou devido à ocupação irregular.

Grande parte das Unidades de Conservação tem seu registro cartorial em nome da Terracap. Entretanto, este registro cartorial deveria estar em nome do GDF, com responsabilidade de gestão para o IBRAM, pois a manutenção destas terras em nome da Terracap gera possibilidade de venda das mesmas para particulares ou possibilidade de expedição de autorização de uso para terceiros.

O procedimento para registro cartorial das áreas de Unidades de Conservação difere de acordo com o tipo de zona da área, ou seja, urbana, rural ou de proteção integral, de acordo com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

Para Unidades de Conservação em Zonas Urbanas é necessário o seguinte procedimento:

A partir do ato legal que define os limites da UC deve-se elaborar o Projeto Urbanístico (URB) e o Memorial Descritivo (MDE) da área da Unidade de Conservação, que deverá identificar o que será registrado em cartório, por ser de utilização exclusivamente pública, o que se manterá como área da Terracap e o que é área particular.

A elaboração de uma URB pode ser executada pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, pelo próprio Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, por ser uma das atividades de gestão de Unidade de Conservação, ou ainda pode ser elaborado por empresa contratada.

Após a elaboração da URB e MDE, estas são enviadas para aprovação pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, na Subsecretaria de Planejamento Urbano, que é o setor responsável por analisar e aprovar Projetos Urbanísticos.

Com a aprovação da URB e MDE da Unidade de Conservação o processo é encaminhado a Terracap para verificar possíveis conflitos de dominialidade e proceder ao registro cartorial da área.

Para Unidades de Conservação em Zonas Rurais e de Proteção Integral é necessário o seguinte procedimento:

A partir do ato legal que define os limites da UC envia-se a solicitação do registro cartorial diretamente à Terracap, que verificará possíveis conflitos de dominialidade entre a Unidade de Conservação e áreas Particulares. Caso a área seja totalmente pública, é providenciado o registro cartorial da área.”

27. Assim sendo, constatamos que os procedimentos para a regularização fundiária das Unidades de Conservação do Distrito



Federal são complexos e envolvem vários órgãos do GDF, dentre eles: SEMARH, IBRAM, SEDHAB e Terracap.

28. Além desses, devemos incluir também a Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social do Distrito Federal – SEOPS, a quem compete, por meio da sua Subsecretaria de Defesa do Solo e da Água, *“planejar, orientar, coordenar e supervisionar operacionalmente as ações relacionadas à prevenção, controle e erradicação de ocupações irregulares do solo e das áreas de proteção ambiental, respeitadas as competências específicas atribuídas ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental”*³, e a Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS, que tem, por intermédio da Diretoria de Fiscalização de Obras, dentre outras atribuições, o dever de *“fiscalizar edificações, uso e ocupação do solo, bem como acompanhar o andamento de obras no Distrito Federal e verificar a adequação delas às normas estabelecidas no Código de Edificação do Distrito Federal e no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e legislação correlata e fiscalizar o parcelamento do solo”*⁴.

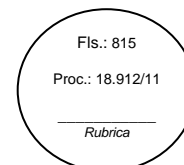
29. Ante o relatado, diante da diversidade de órgãos estatais envolvidos no processo, faz-se necessário dar conhecimento da situação relatada nos autos ao Exmo. Senhor Governador do Distrito Federal para que, mediante criação de Grupo de Trabalho intersetorial, envolvendo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídrico - SEMARH, o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental - IBRAM, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDHAB, a Companhia Imobiliária de Brasília - Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap, a Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social do Distrito Federal – SEOPS e Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS e demais órgãos/entidades que se fizerem necessários, sejam adotadas medidas efetivas com vistas à definição formal da localização, dimensão e limites das Unidades de Conservação Ambiental – UCs, nos termos do art. 22, § 2º, da Lei nº 9.985/00 e art. 2º do Decreto nº 4.340/02, e a regularização fundiária dessas unidades, nos termos do § 1º dos arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 9.985/00 e 11, 13, 17 e 18 da Lei Complementar nº 827/100, para posterior transferência da titularidade das áreas das UCs regularizadas ao Governo do Distrito Federal, devendo o Tribunal ser informado quanto as providências adotadas

Em seguida, o Ministério Público, por meio do Parecer nº 0285/14 – MF, aquiesceu aos termos emanados pelo Corpo Técnico sem nada acrescentar.

É o Relatório.

³ Art. 36 do Decreto nº 34.265/13, que aprova o Regimento Interno da SEOPS.

⁴ Incisos VII e X do Art. 14 da Instrução Normativa nº 001/2008, que aprovou o Regimento Interno da Agefis.



VOTO

Cuida-se da Auditoria Operacional realizada no Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental (IBRAM) e no Jardim Botânico de Brasília (JBB), para avaliar, no âmbito do Distrito Federal, a gestão das Unidades de Conservação Ambiental (UC) sob a responsabilidade do Governo do Distrito Federal (GDF), no que concerne aos aspectos de implantação dessas áreas e em relação à fiscalização e proteção de seu patrimônio.

Nesse momento examinam-se as respostas, pelas jurisdicionadas, às determinações emanadas por esta Corte no item II da Decisão nº 625/13 (fls. 655/656), após o Relatório Final de Auditoria.

O Corpo Técnico sugeriu determinações a diversos órgãos estatais no sentido de que se promova a regularização fundiária das Unidades de Conservação do Distrito Federal.

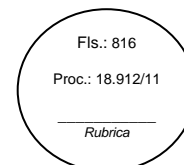
O Ministério Público aquiesceu às sugestões ofertadas sem nada acrescentar.

Manifestaram-se nestes autos a Secretaria de Planejamento – SEPLAN, o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM e a Terracap.

A SEPLAN, em relação ao Processo nº 195.000.029/08, informou que *“o assunto tratado é pertinente à Secretaria de Estado de Administração Pública, de acordo com o Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011”*. Portanto, deve esta Corte determinar à Secretaria de Estado de Administração Pública - SEAP que dê andamento ao Processo nº 195.000.029/08, que trata da realização de concurso público para provimento de vagas dos cargos de Analista de Administração Pública e de Técnico de Administração no JBB.

O IBRAM, por sua vez, apesar das informações apresentadas, não encaminhou a esta Corte um Plano de Ação nos moldes solicitados por meio da Decisão supracitada. Além disso, não se manifestou quanto a algumas das determinações (itens a2 e a5).

Quanto ao item a.4 (criar e ativar os Conselhos Consultivos) explicou que há um estudo em elaboração na SEMARH para definir por áreas a atuação



destes Conselhos. Assim, esta Corte deve o determinar à SEMARH que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe a este Tribunal o cronograma com metas e prazos definidos, destacando as efetivas medidas a serem adotadas para a Criação dos Conselhos Consultivos.

Por último, em relação ao item a.6 (elaborar Plano de Manejo para todas as Unidades de Conservação ambiental UCs) não merece prosperar a alegação de que o IBRAM depende de recursos financeiros para contratação de empresa especializada nesse serviço, pois os recursos provenientes de compensação ambiental totalizam R\$ 64.138.289,70, de acordo com o Ofício nº 100.000.433/2014 – PRESI/IBRAM (fls 783/789) e o IBRAM pode propor a destinação dos recursos provenientes das compensações ambientais para utilizá-los para resolver problemas das unidades de conservação (Decreto Federal nº 4.340/02, que disciplina o art. 36⁵ da Lei Federal nº 9.985/00).

Consequentemente, deve o IBRAM dar cumprimento ao disposto no item II-a7 da Decisão nº 652/13, encaminhando ao Tribunal, em até 30 (trinta) dias, Plano de Ação, detalhando as medidas que serão adotadas.

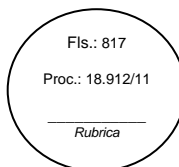
No que tange a manifestação da TERRACAP, nota-se que os procedimentos para a regularização fundiária das Unidades de Conservação do Distrito Federal são complexos e envolvem vários órgãos do GDF, dentre eles: SEMARH, IBRAM, SEDHAB e Terracap e, por isso, faz-se necessário dar conhecimento da situação relatada nos autos ao Exmo. Senhor Governador do Distrito Federal para que, mediante criação de Grupo de Trabalho intersetorial, envolvendo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental - IBRAM, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDHAB, a Companhia Imobiliária de Brasília - Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap, a Secretaria de Estado da

⁵ Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

§ 1º O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento.

§ 2º Ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.

§ 3º Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o *caput* deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo.



Ordem Pública e Social do Distrito Federal – SEOPS e Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS e demais órgãos/entidades que se fizerem necessários, sejam adotadas medidas efetivas com vistas à definição formal da localização, dimensão e limites das Unidades de Conservação Ambiental – UCs.

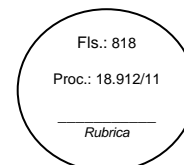
Isso posto, VOTO no sentido de que o egrégio Tribunal:

I - Tome conhecimento:

- a) do Ofício nº 400/13-GAB/SEPLAN e anexos (fls. 673/678);
- b) do Ofício nº 270/13-PRESI e anexos (fls. 690/779), emitido pela Terracap;
- c) do Processo nº 391.001.475/13, apensado a estes autos;
- d) dos Ofícios nºs 100.002.789/13 (fls. 235 do Processo nº 391.001.475/13) e 100.000.433/14 (fls. 783/789) – PRESI/IBRAM;

II - Dê ciência ao Exmo. Senhor Governador do Distrito Federal da situação relatada nos autos para que, mediante criação de Grupo de Trabalho intersetorial, envolvendo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídrico - SEMARH, o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental - IBRAM, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDHAB, a Companhia Imobiliária de Brasília - Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap, a Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social do Distrito Federal – SEOPS e Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS e demais órgãos/entidades que se fizerem necessários, sejam adotadas medidas efetivas com vistas à definição formal da localização, dimensão e limites das Unidades de Conservação Ambiental – UCs, nos termos do art. 22, § 2º, da Lei nº 9.985/00 e art. 2º do Decreto nº 4.340/02, e a regularização fundiária dessas unidades, nos termos do § 1º dos arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 9.985/00 e 11, 13, 17 e 18 da Lei Complementar nº 827/10, para posterior transferência da titularidade das áreas das UCs regularizadas ao Governo do Distrito Federal, devendo o Tribunal ser informado quanto as providências adotadas;

III - Em decorrência do item anterior, ordene o envio à mencionada autoridade de cópia da Informação nº 002/2014



– SEAUD/ DIAUD3, do Relatório Final de Auditoria (fls. 569/638), do Parecer Ministerial e do Relatório/Voto do Relator, Acompanhado da decisão a ser prolatada;

IV - Determine:

- a) à Secretaria de Estado de Administração Pública - SEAP que dê andamento ao Processo nº 195.000.029/08, que trata da realização de concurso público para provimento de vagas dos cargos de Analista de Administração Pública e de Técnico de Administração no Jardim Botânico de Brasília, informando este Tribunal das providências adotadas no prazo de 30 (trinta) dias;
- b) à SEMARH que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe ao IBRAM e a esta Corte cronograma com metas e prazos definidos, destacando as efetivas medidas a serem adotadas para a Criação dos Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação;
- c) ao IBRAM que dê cumprimento ao disposto no item II-a7 da Decisão nº 652/2013, encaminhando ao Tribunal, em até 30 (trinta) dias, Plano de Ação, detalhando as medidas que serão adotadas, com os respectivos responsáveis e prazos, para sanar as situações identificadas nos itens a2, a4, a5 e a6 do mesmo item;

V - Dê conhecimento da Decisão a ser proferida à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídrico - SEMARH, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDHAB, à Companhia Imobiliária de Brasília - Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap, à Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social do Distrito Federal – SEOPS, à Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS e ao Jardim Botânico de Brasília – JBB;

VI - Retorne os autos a SEAUD para as providências pertinentes.

Sala das Sessões, de de 2014.

ANILCÉIA MACHADO

Conselheira-Relatora